



ACÓRDÃO Nº 926/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 11518/2018.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Órgão: Fundo Estadual de Defesa do Consumidor - FUNDECON

4- Exercício: 2017

5- Responsável: Jose Paulo Radin Souza (Ordenador de Despesa), Rosely de Assis Fernandes (Ordenador de Despesa)

6- Advogado: Não Possui

7- Unidade Técnica: DICAD-AM

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 4852/2019-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.

9- Relator: Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo Estadual de Defesa do Consumidor - FUNDECON. Exercício de 2017.

Regularidade com ressalvas. Multa. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **por maioria com desempate**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas da **Sra. Rosely de Assis Fernandes**, gestora da FUNDECON (U.G. 21.702), referente ao exercício de 2017, nos termos do art. 22, inciso II, da Lei nº 2.423/1996-LOTCE/AM, c/c art. 188, inciso II, da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM;

10.2. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas do **Sr. Jose Paulo Radin Souza**, gestor do FUNDECON (U.G. 21.702), referente ao exercício de 2017, nos termos do art. 22, inciso II, da Lei nº 2.423/1996-LOTCE/AM, c/c art. 188, inciso II, da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM;

10.3. Aplicar Multa ao **Sr. Jose Paulo Radin Souza** no valor de **R\$ 4.000,00**, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao



ACÓRDÃO Nº 926/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Exercício do Controle Externo - FAECE, nos termos do art. 53, parágrafo único, da Lei Estadual nº 2.423/1996, devido:

10.3.1. À divergência do saldo da conta "bens móveis" e o relatório de bens patrimoniais do sistema ajuri; e

10.3.2. Ao saldo zerado na conta "depreciação, amortização e exaustão". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.4. Dar ciência à Sra. Rosely de Assis Fernandes, ao Sr. José Paulo Radin Souza e à FUNDECON, encaminhando-lhes cópia do Relatório-Voto, bem como deste Acórdão.

Vencido o voto-destaque do Conselheiro convocado Alípio Reis Firmo Filho, que votou pela irregularidade das contas, multas e revelia.

Deixou de ser aplicado Multa na Gestora Rosely de Assis Fernandes, em decorrência do voto-destaque, proferido em sessão, do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, com desempate da Presidência.

11- Ata: 31ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 17 de Setembro de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Luiz Henrique Pereira Mendes.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES

Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral